
**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA XXXXXXXX
VARA CRIMINAL E TRIBUNAL DO JÚRI DA CIRCUNSCRIÇÃO
JUDICIÁRIA DE xxxxxxxx**

Processo nº. xxxxxxxxxx

FULANO DE TAL, devidamente qualificado nos autos em epígrafe, vem, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL (LC nº 80/94, arts. 4º, incisos I e V, e 89, inciso XI), com fulcro no §3º do art. 403 do CPP, apresentar

ALEGAÇÕES FINAIS

aduzindo, para tanto, o que segue:

I - BREVE RELATO DOS FATOS

O réu foi denunciado como incurso nas sanções do artigo 157, § 2º, inciso II, do Código Penal (por duas vezes), nos termos do aditamento de fls. **nº**, por haver, supostamente, no dia **xx/xx/xxxx**, por volta das **x horas**, de forma livre e consciente, em comunhão de esforços e unidade de desígnios com **FULANO DE TAL**, mediante o emprego de ameaça e violência, subtraído para ambos os

aparelhos celulares de **FULANA DE TAL** e **FULANO DE TAL**.

Devidamente instruído o feito, a acusação, em suas alegações finais (fls. **nº**), requereu a condenação do réu nos termos da denúncia, vindo os autos à Defensoria Pública para apresentação de alegações finais, em memoriais.

II - ANÁLISE DAS PROVAS DOS AUTOS: INSUFICIÊNCIA DE PROVAS DE AUTORIA

Compulsando os autos, verifica-se inexistirem provas capazes de sustentar um decreto condenatório em relação ao réu.

Em que pese ter permanecido em silêncio por ocasião de seu interrogatório judicial (fls. **nº**), temos que os elementos colhidos em sede de instrução criminal não se mostram suficientes para fundamentar um decreto condenatório em desfavor do acusado.

É certo que a vítima **FULANO DE TAL** supostamente teria reconhecido o acusado em sede policial.

Contudo, o termo acostado às fls. **nº** não demonstra que o reconhecimento foi efetuado nos termos do artigo 226 do Código de Processo Penal.

Nesse sentido, não se olvida que a palavra da vítima conta com especial relevância em delitos dessa natureza. Todavia, não há como se admitir como válido um reconhecimento realizado ao arrepio do que dispõe o artigo 226 do CPP, como única prova a embasar uma condenação criminal.

Ademais, sendo a vítima a pessoa que sofre a ação delitiva, é natural que suas declarações invariavelmente sejam exaradas sem a isenção que dela se espera. Suas assertivas no processo, dada a evidente parcialidade que as permeia, não exercem a função de explicitarem uma fotografia neutra da realidade não presenciada pelo Magistrado.

Nesse sentido é o magistério de FERNANDO DA COSTA TOURINHO FILHO, ao discorrer sobre o valor probatório da palavra do ofendido:

“Prima facie, parecerá que suas declarações devem ser aceitas sem reservas, pois ninguém melhor que a vítima para esclarecer o ocorrido. É de ponderar, entretanto, que aquele que foi objeto material do crime, levado pela paixão, pelo ódio, pelo ressentimento e até mesmo pela emoção, procura narrar os fatos como lhe pareçam convenientes; às vezes, a emoção causada pela cena delituosa é tão intensa que o ofendido, julgando estar narrando com fidelidade, omite ou acrescenta particularidades, desvirtuando os fatos. Atendendo a tais circunstâncias, o ofendido nem presta compromisso nem se sujeita a processo por falso testemunho. Desse modo, a sua palavra deve ser aceita com reservas, devendo o Juiz confrontá-la com os demais elementos de convicção, por se tratar de parte interessada no desfecho do processo”. (Processo Penal, 22ª ed., São Paulo, Saraiva, 2000, p. 299; grifos nossos)

À evidência, a reprodução do conhecimento que a vítima manifesta acerca do fato probando já de antemão revela a mácula da parcialidade, em face de seu inafastável envolvimento emocional com a realidade que se visa provar.

Essa a razão pela qual é bastante provável que as vítimas sejam psicologicamente levadas a distanciar o seu

depoimento da realidade vivenciada, como forma de expiação pelo sofrimento experimentado.

Nesse viés, repise-se que:

“Todo crime provoca no ofendido perturbação que, tornando-lhe difícil a percepção exata das coisas, enseja a possibilidade de erro” (TACRIM/SP – Ap. 37.947 – Rel. Ricardo Couto)

Além disso, é necessário destacar que nosso Estado Democrático de Direito não permite a presunção de culpabilidade e, conforme bem destacou o ilustre Doutrinador Paulo Rangel¹, *não é o réu que tem que provar sua inocência, mas sim o Estado-administração (Ministério Público) que tem que provar sua culpa*, o que não ocorreu na hipótese dos autos.

Cumpra esclarecer que a punição em nosso ordenamento jurídico é a exceção, somente podendo ser aplicada quando as provas carreadas aos autos não deixarem dúvidas sobre os acontecimentos em análise. Isto é, a condenação deve se basear na verdade processual, o que não ocorre na hipótese dos autos.

Admitir a presente condenação baseada em conjecturas seria o mesmo que resgatar o tão criticado direito penal do inimigo, difundido pela doutrina de Gunther Jakobs², segundo o qual *o Estado tem direito a procurar segurança frente a indivíduos que reincidem persistentemente na comissão de delitos*.

O Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios perfilha do entendimento supra, nos termos da ementa a seguir colacionada:

¹ RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. Lumen Iuris.2005. Pag. 27.

² JAKOBS. In JAKOBS;CANCIO MELIÁ. , p. 29.

“PENAL E PROCESSUAL PENAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO EM LOJA DE CONVENIÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE PROVA QUANTO AO LIAME SUBJETIVO DOS AGENTES NA EMPREITADA CRIMINOSA. CONDENAÇÃO AMPARADA EM MERAS PRESUNÇÕES. RECURSO PROVIDO.

1 UMA CONDENAÇÃO NÃO PODE SE EMBASAR EXCLUSIVAMENTE EM INDÍCIOS E PRESUNÇÕES: EXIGE DEMONSTRAÇÃO INEQUÍVOCA DA MATERIALIDADE, AUTORIA E CULPA, SOB PENA DE SE OPERAR A RESPONSABILIDADE OBJETIVA NO DIREITO PENAL, FAZENDO LETRA MORTA DO SECULAR PRINCÍPIO IN DUBIO PRO REO.

2 A EVOLUÇÃO PARA UM ESTADO CONSTITUCIONAL DE DIREITO EXIGE O AFASTAMENTO DA VERTENTE DOUTRINÁRIA QUE CRIOU O CHAMADO DIREITO PENAL DO INIMIGO, POIS UM SISTEMA PENAL MINIMALISTA E GARANTISTA DEVE ASSEGURAR A APLICAÇÃO PLENA DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DA INOCÊNCIA OU DA NÃO-CULPABILIDADE. NESSA LINHA, QUE NÃO ADMITE ACUSAÇÃO SEM PROVAS, A PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA SOMENTE É DERROGADA NA PRESENÇA DE PROVAS VÁLIDAS.

3 RECURSO CONHECIDO E PROVIDO PARA ABSOLVER O ACUSADO.

(2004010005462 APR DF, publicada no DJU de 09/12/2008, pág. 166)” (Grifo nosso)

De tal modo, não se vislumbram no presente processo provas mínimas necessárias que comprovem a autoria do delito em comento, inviabilizando a condenação contra a qual nos insurgimos, razão pela qual deve ser aplicado ao caso vertente o princípio do *in dubio pro reo*.

Sobre o tema, o ilustre doutrinador Paulo Rangel³ assim dispõe:

³ RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. Lumen Iuris. 2005. Pág. 34.

*“Trata-se de regra do processo penal que **impõe ao juiz seguir tese mais favorável ao acusado sempre que a acusação não tenha carreado prova suficiente para obter condenação**. Nesse aspecto, o princípio do favor rei se enlaça com a **presunção de inocência que, como vimos, inverte o ônus da prova**. O órgão que acusa é quem tem de apresentar a prova da culpa e demonstrar a culpabilidade do cidadão presumindo inocente. Caso a acusação não logre criar no tribunal a certeza da culpabilidade, então, o que se impõe é uma decisão favorável ao acusado.”* (grifou-se)

Ante o exposto, pugna a Defesa pela absolvição do acusado, com fulcro no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

III - DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA

Caso não se entenda pela absolvição, todavia, mister se faça a análise da individualização da pena.

Após análise dos elementos empíricos descritos nos autos, é recomendável a aplicação da pena-base no mínimo patamar previsto em lei. Com efeito, a individualização judicial da pena mostra-se justa, adequada e idônea quando se revela necessária para a prevenção e reprovação do delito.

Nesse sentido, ao se proceder à análise das circunstâncias judiciais elencadas no artigo 59 do estatuto penal, deve-se sempre considerar que as circunstâncias são inconfundíveis com as elementares do tipo ou elementos essenciais constitutivos do delito. Assim, não podem ser considerados como aptos para aumentar a pena do acusado dados, fatos, elementos ou condições que integram a figura típica em que restou incurso o acusado, por violação às próprias características ontológicas e funcionais do que chamamos

circunstâncias.

Para a avaliação da culpabilidade, deve-se aferir a intensidade da reprovação da conduta do agente, concretamente considerada, ou seja, devem ser indicadas as circunstâncias fáticas concretas levadas em conta. É insuficiente a mera alusão à imputabilidade, à exigibilidade de conduta diversa ou ao conhecimento potencial da ilicitude, aspectos que já foram analisados ao se considerar culpável o agente, para o fim de caracterização do crime ou como pressuposto de aplicação da pena.

Na análise dos antecedentes do agente, é defeso considerar inquéritos policiais ou ações penais em curso sem trânsito em julgado, instaurados em desfavor do agente, sob pena de violação ao princípio constitucional da não-culpabilidade (STJ, HC nº 42.667/MG, Rel. Min. GILSON DIPP, QUINTA TURMA, DJ de 01.07.2005). É que, segundo magistério jurisprudencial, *"viola o princípio constitucional da presunção da inocência (art. 5º, inciso LVII, da CF) a consideração, à conta de maus antecedentes, de inquéritos e processos em andamento para a exacerbação da pena-base e do regime prisional"* (STJ, REsp nº 675.463/RS, Rel. Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJ de 13.12.2004), sendo vários os precedentes do Superior Tribunal de Justiça afirmando, ultimamente, que, *"por maus antecedentes criminais, em virtude do que dispõe o artigo 5º, inciso LVII, da Constituição de República, deve-se entender a condenação transitada em julgado, excluída aquela que configura reincidência (art. 64, I, CP), excluindo-se processo criminal em curso e indiciamento em inquérito policial"* (STJ, HC nº 31.693/MS, Rel. Min. PAULO MEDINA, QUINTA TURMA, DJ de 06.12.2004).

A conduta social do agente é o seu comportamento no meio social, revelador de desajustes interpessoais ou méritos altruístas. A personalidade do réu é a síntese das suas características ético-sociais. A análise dessas duas circunstâncias

pressupõe elementos que não estão absolutamente disponíveis para um exame imparcial e científico da circunstância, como sói ocorrer em um processo criminal sob o império do sistema acusatório de persecução criminal, em que o ônus da comprovação das alegações em desfavor do acusado compete integralmente ao Ministério Público.

Os motivos do crime são a fonte propulsora da vontade criminosa. As circunstâncias do crime são os meios utilizados, o modo de execução, tempo e lugar de execução da empreitada criminosa. E, finalmente, as consequências do crime são valoradas consoante a sua danosidade em desfavor da(s) vítima(s). Na análise dessas três circunstâncias, deve-se sempre desprezar todas aquelas que estejam previstas como ínsitas ao comportamento descrito no próprio tipo penal praticado ou nas circunstâncias legais.

No caso em tela, com efeito, o motivo pelo qual o acusado cometeu o delito em questão não conduz a uma valoração negativa desta circunstância judicial.

Nesse contexto, tendo em vista serem as condições judiciais favoráveis, faz jus o acusado à imposição da **pena no mínimo legal, com a fixação do regime mais benéfico para o cumprimento da pena.**

IV - DO PEDIDO

Ante o exposto, a Defensoria Pública pugna pela ABSOLVIÇÃO do acusado, com base no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

Subsidiariamente, requer a fixação da pena no mínimo legal, com a imposição do regime mais benéfico para o cumprimento da pena.

Nesses termos, pede deferimento.

Local, dia, mês e ano.

Defensor(a) Público (a)